

Despacho de Ordenação de Provas – Designação de Peritos

Processo n.º 1234/24.5T8LSB

Vara: 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Data: 15 de março de 2024

Autor: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., pessoa coletiva n.º 504 321 789, com sede em Rua da Indústria, n.º 45, 1900-001 Lisboa, representada por Dr. João Silva, OAB 12345.

Réu: ABC – Consultoria Empresarial, Lda., pessoa coletiva n.º 507 654 321, com sede em Avenida da República, n.º 220, 4000-123 Porto, representada por Dra. Maria Fernandes, OAB 67890.

Juiz: Dr. Carlos Mendes, Juiz da 2.ª Vara Cível da Comarca de Lisboa.

I. Fundamentação

- Nos termos do artigo 382.º, n.º 1, alínea b) do Código de Processo Civil, compete ao tribunal, quando a prova pericial for necessária à elucidação de questões técnicas ou contabilísticas, ordenar a sua prática e proceder à designação de peritos.
- O requerimento de prova pericial formulado pela parte autora, XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., visa esclarecer:
 - A extensão dos defeitos técnicos** nos serviços de desenvolvimento de software prestados pela ré, bem como a sua responsabilidade no incumprimento das especificações contratuais;
 - A quantificação das perdas e danos** decorrentes da paralisação das atividades da autora, incluindo a análise dos custos incorridos e dos pagamentos antecipados não justificados.
- A parte ré, ABC – Consultoria Empresarial, Lda., apresentou impugnação parcial ao pedido de prova pericial, alegando que os documentos já produzidos seriam suficientes. Contudo, a complexidade dos aspetos técnicos e a necessidade de avaliação contabilística independente justificam a prática da prova pericial.

II. Designação de Peritos

1. Perito Técnico (Informática e Engenharia de Software)

Nome	Qualificação	Entidade	Objeto da Perícia
Eng.º Pedro Alves	Licenciatura em Engenharia Informática, Mestrado em Sistemas de Informação, Certificado ISO 9001 – Auditor interno	Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	Verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas acordadas, identificar eventuais falhas de desenvolvimento e estimar o custo de correção.

2. Perito Contabilístico (Auditoria Financeira)

Nome	Qualificação	Entidade	Objeto da Perícia
Sr. Rui Martins	Contabilista Certificado (CC), Auditor Oficial da Ordem dos Contabilistas Certificados, Especialista em auditoria forense	Auditores Associados, S.A.	Analisar os pagamentos antecipados efetuados pela autora, determinar a existência de valores indevidos, e quantificar as perdas patrimoniais resultantes do incumprimento contratual.

3. Perito de Avaliação de Danos (Economia)

Nome	Qualificação	Entidade	Objeto da Perícia
Dr.ª Cláudia Ribeiro	Doutora em Economia, Professora Catedrática da Universidade de Lisboa, Consultora em avaliação de prejuízos empresariais	Consultoria Económica & Legal, Lda.	Avaliar o impacto económico da interrupção dos serviços, calcular a indemnização por perdas e danos, e propor eventual compensação por lucros cessantes.

III. Instruções aos Peritos

1. Prazo para aceitação do encargo

Os peritos nomeados deverão manifestar a sua aceitação ou recusa do encargo, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação deste despacho, nos termos do artigo 384.º do CPC.

2. Início da perícia

Decorrido o prazo supracitado, e não havendo recusas, o tribunal fixará, em despacho posterior, o prazo para a prática da perícia, que não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias úteis**.

3. Acesso a documentos

As partes deverão providenciar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação deste despacho, a entrega ao perito de toda a documentação relevante, nomeadamente:

- Contrato de prestação de serviços (n.º 2023/07/XYZ-ABC);
- Relatórios de progresso e entregas técnicas;
- Faturas e comprovativos de pagamento;
- Registos de comunicação entre as partes (e-mails, atas de reunião).

4. Relatório pericial

O relatório deverá conter, de forma clara e fundamentada:

- Exposição dos factos analisados;
- Metodologia empregada;
- Conclusões técnicas ou contabilísticas;
- Quantificação dos valores devidos, quando aplicável;
- Eventuais recomendações para a solução da controvérsia.

O relatório deverá ser apresentado em duas vias, uma das quais será remetida ao tribunal e a outra às partes, nos termos do artigo 387.º do CPC.

5. **Honorários**

Os honorários dos peritos serão fixados em sede de liquidação de despesas, nos termos do artigo 390.º do CPC, após a entrega dos relatórios, devendo ser acompanhados de respetiva justificação.

IV. Despacho

1. **Designa** os peritos acima indicados para a prática da prova pericial relativa ao presente processo.
 2. **Determina** a intimação das partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, entreguem ao perito a documentação solicitada, sob pena de indeferimento da mesma.
 3. **Ordena** a comunicação deste despacho ao Ministério Público, caso entenda necessário, nos termos do artigo 382.º, n.º 2, alínea c) do CPC.
 4. **Fica** o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República cientes do presente despacho, para os efeitos legais.
 5. **Intime-se** o Ministério da Justiça, para que proceda à nomeação dos peritos, caso algum dos indicados recuse o encargo, nos termos da lei.
 6. **Publique-se e cumpra-se.**
-

Lisboa, 15 de março de 2024

Dr. Carlos Mendes

Juiz da 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Observação: As partes são notificadas por meio de cédula de notificação, com aviso de receção, e por correio certificado com aviso de receção, nos termos do artigo 219.º do CPC.